



BUSCA

Search input field with 'OK' button and 'Busca avançada' link

FALE CONOSCO

- Escreva para VEJA
• Para anunciar
• Abril SAC

Publicidade

ACESSO LIVRE

- Conheça as seções e áreas de VEJA.com com acesso liberado

PÁGINA INICIAL

REVISTAS

- VEJA
• Acervo Digital
• Edições especiais
• Edições extras
• Edições anteriores
• Expediente
• Veja São Paulo
• Veja Rio
• O Melhor da Cidade

BUSCAS

- Pesquise em VEJA
• Acervo Digital 1968-2009
• Arquivo 1997-2009
• Capas 1968-2009
• O Melhor da Cidade
• Guia internet

NOTÍCIAS

- Brasil
• Economia
• Internacional
• Ciência e tecnologia
• Saúde
• Educação
• Vestibular
• Esporte
• Comer e beber
• Celebidades
• Os livros mais vendidos
• RSS

COLUMNISTAS

- Antonio Ribeiro, de Paris
• Augusto Nunes, coluna
• Betty Milan, sexualidade
• Denis Russo, sustentabilidade
• Diogo Mainardi, podcast
• Geraldo Medeiros, obesidade/nutrição
• Isabela Boscov, cinema
• Lauro Jardim, Radar on-line
• Lucia Mandel, dermatologia
• Mayana Zatz, genética
• Reinaldo Azevedo, blog
• Renato Dutra, atividade física
• Roberto Gerosa, vinhos
• Tony Bellotto, crônicas

VÍDEOS E FOTOS

- Vídeos
• Galeria de fotos e slideshows
• Infográficos

SABER +

- Conheça o país
• Cronologia
• Em dia
• Em profundidade
• VEJA Na História
• Perguntas e respostas
• Quem é quem
• Testes

SERVIÇOS

- Newsletter VEJA
• Fale conosco
• Para anunciar
• Abril SAC

Arquivo VEJA

Reportagens

Reportagens search input with 'OK' button and 'Busca detalhada' link

Imagens de capa

Imagens de capa search input with 'OK' button and 'Busca detalhada' link

Coleções

- Brasil
• Geral
• Economia e negócios
• Internacional
• Artes e espetáculos

Mais reportagens

- Brasil e sociedade
• Política e economia
• Internacional
• Ciência e tecnologia
• Saúde e sexo
• Artes e espetáculos
• Gente e memória
• Religião e História
• Esporte e aventura
• Educação e trabalho

Revistas

- 1997 - 2009 | edições integrais
• Edição nº 1
• Edições extras
• Edições especiais

Reportagens

10 de dezembro de 1969

Torturas

Existem, e não são poucos, os que defendem as torturas. Waldo Bandeira Fraga, quarenta anos, delegado de Polícia em Niterói, que tem um filho "poeta", como gosta de dizer, e que tem um crucifixo na parede azul atrás de sua mesa, as admite abertamente: "Eles são muito duros. O criminoso gente muito receosa de passar por dedo-duro, ter de enfrentar os amigos depois, entende? Por isso eu preciso muito pau em cima deles. Acho que a polícia está certa em agir assim". O conhecido delegado "Fraguinha", de Niterói, não estava falando apenas das torturas contra presos políticos, que ocuparam as manchetes de quase todos os jornais do país durante vários dias na semana passada. Ele estava falando e defendendo a tortura, de um modo amplo, universal. O Dr. "Fraguinha" não foi muito sutil ao defender a tese de dar "muito pau" em cima do preso. Mas há os que defendem a tortura com mais argumentos. O delegado Eldes Schenini Mesquita, 35 anos, chefe de gabinete do superintendente de Serviços Policiais de Porto Alegre, que é estudante de Direito e escreve crônicas dominicais no "Correio do Povo", jornal de maior circulação na capital gaúcha, um destes. "O uso de tais métodos (de tortura) deverá um dia ser abolido, quando se puder fazer, de fato, a coação psicológica através de sistemas eminentemente científicos. O que se condena é a dosagem em excesso de violência" (os gritos são do próprio delegado Schenini, que, pela gravidade de suas opiniões, preferiu delas por escrito). O policial e candidato a bacharel de Direito defende uma violência especial, uma tortura dosada. Como ele, como o Dr. "Fraguinha", há muitos outros no país. Alguns saem às ruas para defender suas opiniões. No fim da semana passada, num manifesto distribuído por Volkswagens nas ruas centrais do Rio, um grupo de cidadãos que se assinavam com as siglas VAR-Palmares, MR-8 e PCBR criticava veladamente todos os jornais do país e o próprio ministro da Justiça pela campanha iniciada pelo governo contra as torturas.



Historicamente, a defesa da tortura sempre teve muitos adeptos. Roger Willaume, inspetor-geral das polícias civis da França no período da guerra da Argélia, expunha detalhadamente sua posição pró-torturas. Dizia num relatório: "Os métodos de água e eletricidade, desde que cuidadosamente usados, produzem um choque que é mais psicológico que físico e não constituem, portanto, crueldade excessiva... Esta conclusão, que nos leva de volta a um passado recente e doloroso, pode parecer repugnante. Mas, desde que o problema está em nossas mãos, nós devemos enfrentá-lo com coragem".

Monsieur Willaume, que os políticos franceses anteriores a De Gaulle chamavam de "um homem de completa integridade moral", se referia às torturas muito comuns - ontem e hoje - de, por exemplo, jogar gotas de água no nariz da pessoa colocada de cabeça para baixo (que produzem uma brutal sensação de afogamento), ou ao caldo - forma de enfiar repetidamente a cabeça do preso dentro da água, produzindo a mesma sensação -, ou ainda aos choques de eletricidade estática de certa voltagem, aplicáveis em diversas partes do corpo, sendo especialmente eficientes na língua do prisioneiro. O policial francês referia-se também ao "passado repugnante" da época da invasão alemã, quando a Gestapo, polícia nazista, empregou métodos de tortura refinados que certos franceses aprenderam com diligência.

Stalin era outro excelente mecenas dos métodos de tortura. Um de seus discípulos mais oportunistas mostrou esse zelo do ditador vermelho pela tortura quando, em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, revelou que "milhares de comunistas sinceros e inocentes morreram porque se aceitavam naquela época todas as espécies de 'confissões' falsas conseguidas graças à prática de arrancar, pela tortura física e moral, acusações de uma pessoa contra a outra e até acusações contra si própria".

Os argumentos dos torturadores soam racionais, lógicos. "Em nossa opinião, há duas coisas básicas quando se considera a questão das torturas. A primeira é que nós estamos em guerra - uma guerra contra a subversão - e que essas pessoas (isto é, os torturados) são os inimigos. Se eles subirem ao poder, não se falará em torturas ou prisões para nós, mas se falará na nossa morte, com quatro balas nas costas", teria dito a Peter Kramer, correspondente no Rio da revista semanal de informação americana "Newsweek", "alto oficial dos serviços de inteligência brasileiros". "A outra coisa", teria continuado o oficial, "é que uma pessoa com uma ideologia não é informada de presente." O oficial citado por "Newsweek" pode ser um personagem-símbolo e suas eventuais palavras poderiam representar o pensamento generalizado dos que defendem as torturas contra os presos políticos. Talvez com boa intenção democrática, e também com um excessivo zelo pelas idéias com que definem democracia, eles parecem dizer: "é melhor dar pancadas neste

- Aponte um erro

CELULAR

- SMS - Últimas notícias
- Quiz VEJA
- Versão iPhone
- Guia de cinemas

cidade e obrigá-lo a confessar onde estão os outros terroristas, para evitar que eles matem pessoas inocentes".

Na sua forma mais idealista e pura - se que casas duas palavras não se incomodam de aparecer nesta situação -, esses ideólogos da tortura poderiam ser comparados com Creonte, a mitológica figura criada por Sófocles, na sua eterna luta contra Antígona. Creonte, que não ama senão sua cidade, que coloca o interesse público acima de tudo, que não pode ter por amigo nenhum inimigo de seu país, que exige de seus concidadãos todos os sacrifícios pela grandeza de Tebas, seria aqui, na comparação ousada, o alto oficial que procura salvar os destinos da democracia brasileira colocando acima dos direitos do cidadão as suas ideias pessoais - nem sempre obrigatoriamente corretas - sobre os ideais democráticos do país.

Mas, na longa evolução da espécie humana e das civilizações, na estrada difícil que levou os homens da lei da selva à força da lei, a razão está, seguramente, com Antígona, neste caso. Com Antígona que é das pessoas que amam e não das que odeiam, das que vêem os direitos divinos ou naturais da pessoa humana além dos direitos de Estado. Porque a tortura, como dizem o presidente da República do Brasil e seu ministro da Justiça, nas suas recentes providências para condenar esses métodos, constitui uma prática intolerável pelos homens de bem do mundo moderno.

Nem sempre foi assim e nas reminiscências atávicas de um passado medieval que os defensores da tortura encontram seu apoio. A Igreja Católica já torturou bruxas e incrépulos para encontrar os sinais do demônio. Na Idade Média havia juizes torturadores para assistir à aplicação da violência na obtenção de confissões. E durante os períodos de convulsão social, principalmente quando minorias tentaram manter-se no poder usando o terror para calar seus inimigos, a tortura continuou - e continua - sendo praticada. "Nessas épocas", como diz Pierre Vidal Naquet, do Centro Nacional da Pesquisa Científica, franceses, no seu livro "Tortura, Câncer da Democracia", "a tortura começa como um método policial de interrogatório, desenvolve-se como um método militar de operação, e finalmente transforma-se numa espécie de Estado clandestino que corrói as próprias raízes da vida de uma nação." Os torturadores passam a ser encobertos por autoridades que se recusam a iniciar investigações sistemáticas em torno de seus crimes com medo de que esses inquéritos paralise a força repressiva do Estado policial. Na solidão do cárcere o cidadão perde definitivamente a segurança proporcionada pela lei, que não tem mais sua presença simbólica dentro da cela para paralisar o braço truculento do torturador. Os direitos duramente conquistados pelos cidadãos de diferentes épocas sociais são substituídos pelos direitos dos policiais que defendem o Estado e sua minoria dirigente.

As torturas deixaram de ser uma prática legal com a Grande Revolução, a Revolução Francesa de 1789 que derrubou a monarquia e colocou no poder a burguesia nascente. "Todo homem é suposto inocente até que se prove sua culpa; no caso de ser considerada essencial a sua prisão, qualquer ato de violência maior que o necessário a assegurar sua detenção deve ser severamente punido por lei", dizia a "Declaração dos Direitos Inalienáveis da Pessoa Humana", promulgada pelos revolucionários e um século e meio mais tarde transformada num princípio jurídico das Nações Unidas. Os que defenderam o fim das torturas não argumentaram apenas em termos humanísticos. Para os policiais que dizem, como um gaúcho, "o que vocês queriam, que tratássemos estes caras a pão-de-ló?", Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria (1738-1794), dizia em linguagem simples no seu livro "Dos Delitos e das Penas": "A lei que autoriza a tortura é uma lei que diz: 'Homens, resisti dor. A natureza vos deu um amor invencível a vosso ser, e o direito inalienável de vos defenderdes, mas eu quero criar em vós um sentimento inteiramente contrário; quero inspirar-vos um ódio de vós mesmos; ordeno-vos que vos torneis vossos próprios acusadores e digais enfim a verdade ao meio das torturas que dilacerarão os músculos e quebrarão os ossos...'"

O marquês que revolucionou a ciência jurídica afirmava ser crime duplo torturar um preso: se ele é realmente culpado, já está sendo castigado preliminarmente, apesar de ser depois punido na forma da lei; se é inocente, sofre castigo pelo que não fez. O marquês ia mais longe ainda, revelando o óbvio, que, apesar de óbvio, os torturadores se recusam a aceitar: "Desde que a força dos músculos e a sensibilidade dos nervos de uma pessoa inocente são fatores conhecidos, o problema é encontrar o nível de tortura necessário para fazê-la confessar qualquer crime que se queira". Ou, como diz um dos mais conhecidos repórteres policiais de Belo Horizonte, referindo-se a violências comuns nas cadeias mineiras: "A simples ameaça da mesa de operações (mesa onde o detido fica amarrado pelos testículos, de barriga para cima e apoiado apenas nas plantas dos pés e das mãos) é suficiente para que o detido confesse sua culpa até na morte de Tiradentes". Ou ainda: a tortura beneficia e incentiva os mais resistentes. O suspeito fraco confessa o que não fez; o forte - se tiver a sorte de não ser morto, coisa que geralmente não interessa à polícia e ocorre quase sempre por acidente - é absolvido.

Os torturadores são pouco sensíveis aos argumentos e filigranas jurídicas. Um jornalista, que acabara de fazer um depoimento de 22 dias, ao fim dos quais recebeu um atestado de inocência do capitão-chefe do IPM, ouviu desse soldado a seguinte proposta: se ele não queria ficar alguns minutos a sós com a pessoa que o acusara de subversivo (também acusada de subversivo) para vingar-se fisicamente. O jornalista recusou e o capitão insistiu: "Mas tenha cuidado para não bater com muita força. Ele está com as costelas quebradas. Pode dar perfuração nos pulmões". O jornalista explicou delicadamente que não tinha motivos para agredir alguém que, em sua opinião, era apenas um doente mental. O capitão não entendeu: "Essa sua mania de ter pena dos outros que terminou por jogar você aqui".

A horrível ingenuidade dos torturadores pode interessar a minorias fascistas interessadas em dominar o povo por meio de uma elite policial-militar. Não interessa, seguramente, a quem pretende estabelecer num país a normalidade democrática.

O psiquiatra Antonio Sapienza, de 39 anos, que cuida de alguns clientes (na sua maioria são estudantes) vítimas de torturas, disse a VEJA como as torturas - ou mesmo os rumos persistentes de torturas - podem prejudicar até o ritmo de desenvolvimento do país: "O processo de tortura é como uma indústria de desajustados. Cria um clima de terror que age sobre todas as pessoas, inclusive sobre aquelas que nem têm um envolvimento político. Acentua sintomas e ideias de perseguição. Gera apreensão, expectativa, quase que um

ônico generalizado. Cria-se um clima de ansiedade que a gente percebe no ar. E esse clima acaba transportando-se para outras áreas não especificamente ligadas ao aspecto político, interferindo na produtividade e relacionamento familiar".

Como Garrastazu Medici o presidente da Revolução que quer "construir e não reprimir", como o homem que pretende lançar as bases para o "Brasil Grande", para uma pátria mais generosa no ano 2000, ele iniciou a inevitável campanha contra as torturas, contra o clima de "ansiedade" passível de ser percebido no ar. Mas como as torturas não existem apenas porque existem homens maus, e geralmente desenvolvem-se porque encontram sociedades com grandes problemas, o General Garrastazu Medici não extinguiu as torturas por um decreto. Ele teve de lutar contra os campos fortes e contra as sementes prontas para a tortura. "Combater as condições que favorecem as torturas, mais do que iniciar inquéritos contra os torturadores" é a sua tarefa principal, diz o advogado Modesto da Silveira. "O governo deve antes de tudo restabelecer o direito multissecular do habeas corpus, sem o qual as garantias individuais são mera letra morta. Deve favorecer o desenvolvimento de uma plena e sã liberdade de imprensa, para que os fatos que ocorrem no país se convertam em informações e denúncias seguras e permanentes. Deve criar as condições de segurança e de diálogo necessárias ao estabelecimento de um Estado democrático."

Uma série de outros advogados pede também o fim da incomunicabilidade dos presos, para que os advogados possam constatar imediatamente as marcas muitas vezes sutis e não permanentes da tortura. Não é uma caminhada fácil: um presidente, como Creonte, deve velar pelo destino de sua cidade, deve preocupar-se com sua segurança. Mas a maioria dos homens de bem de sua cidade estão dispostos a caminhar com ele. Desde que ele se mantenha firme na disposição de tratá-los como propõe Antígona, que preferia o amor em lugar do ódio.

As histórias e as suas provas

*"Muitas são as penas dos que trocam
o Senhor por outros deuses."*

Salmos de Davi, capítulo 16

Leiben Kuperman, um dos dois funcionários encarregados da cerimônia de purificação do cadáver, no Cemitério Israelita do Butantã (São Paulo), vestiu o corpo de Chael Charles Schreier, 23 anos, com o manto tradicional. Chamou os parentes designados para carregarem o caixão e leu então os Salmos de Davi. Depois, uma reza encomendando paz para a alma do morto. Nem Leiben - com sua referência aos possíveis deuses de Chael - nem qualquer um dos presentes estavam julgando as penas cabíveis ao morto ao trocar o Deus de seus amigos e de sua família por outros deuses. Nos enterros não se julgam os mortos. E foi assim na quarta-feira do dia 26 de novembro, às 4 horas de uma tarde de sol, quando o caixão foi levado através da alameda de pinheiros até a sepultura 136, quadra 49, uma das quatro compradas por seu tio às pressas, no dia anterior.

A OPÇÃO TRÉGICA - Os cinquenta ou sessenta acompanhantes do enterro, parentes e antigos colegas da Faculdade de Medicina da Santa Casa, que Chael abandonou quando deveria cursar o terceiro ano em princípios de 1969 para aderir à violência, não julgavam o terrorista Chael da Vanguarda Armada Revolucionária, grupo Palmares, chefiada pelo ex-Capitão Lamarca. Os que o conheceram na rua em que morava, no bairro da Aclimação, também não julgavam o rapaz gordo e alto, geralmente simpático e bonachão, que trocava a existência cheia de amigos e perspectivas de auto-realização pela vida dos assaltos criminosos, das operações de terror e das noites mal dormidas que lhe consumiram 30 quilos de peso e deixaram no seu rosto linhas carregadas e na sua mente jovem a decisão externada de não se deixar capturar vivo. Ari Schreier, 57 anos, o pai de Chael, e Emília Brickman Schreier, 49 anos, sua mãe, também não julgavam o filho único que há um ano abandonara a casa, desaparecendo para sempre e recusando os últimos apelos de ao menos terminar o curso de Medicina ou então de viajar para o exterior.

No enterro de Chael, onde as pessoas não se falavam e mesmo amigos íntimos evitavam os cumprimentos e procuravam não estar juntos, não se julgava o caminho de Chael quase igual ao de outros estudantes que aderiram ao terrorismo. Chael havia sido do MUD - Movimento Universitário de Desfavelamento - e, depois de uma prisão em setembro do ano passado em São Paulo, fez a opção trágica pelo terror. Ao som gutural do Kadish, a reza judaica pela alma dos mortos, dito por seu pai em meio a soluços e à discreta ajuda do rabino, estavam em julgamento certas formas de aplicação da justiça brasileira e métodos empregados para combater o terrorismo. As circunstâncias estranhas de sua morte levavam a crer que o caso Chael era a primeira prova real de morte violenta durante um interrogatório policial. Na terça-feira da semana passada, seis dias após o enterro, o "Jornal da Tarde", de São Paulo, publicava o atestado de óbito de Chael, datado do dia 22 (dia seguinte à sua prisão, noticiado em detalhes pelos jornais sem qualquer menção a ferimentos recebidos). Causa mortis: "contusão abdominal com ruptura do mesocólon transversal e mesentérico, com hemorragia interna". Através da hermética linguagem médica, a cena que levou Chael à morte, e que talvez nunca seja desvendada, transparecia com suficiente clareza. O dicionário Caldas Aulete define contusão como "lesão produzida nos tecidos pela pancada de corpo duro sem que haja rompimento da pele". (O médico Marco Segró, professor de medicina legal, explica o que pode causar tal contusão: atropelamentos, quedas acidentais violentas, pauladas, pontapés, etc.) A denúncia foi a primeira de uma avalanche que durou toda a semana. O advogado Leopoldo Heitor, preso durante duas semanas no DEOPS de São Paulo, citou publicamente nomes de torturados e torturadores; a Ordem dos Advogados do Brasil denunciou arbitrariedades na prisão de três advogados e outros casos começaram a chegar às redações dos jornais. O Centro Acadêmico XI de Agosto de São Paulo (Faculdade de Direito) anunciou ter uma lista de quarenta pessoas torturadas ou tratadas de forma ilegal.

De todas estas histórias e denúncias, três eram particularmente trágicas. E, de todas elas, a de Chael é a mais dramática.

NA PISTA DE LAMARCA - O "aparelho" dos terroristas Chael Schreier, Maria Auxiliadora Montenegro e Antônio Roberto Spinoza pode ter sido encontrado com a ajuda do economista Antônio Alves, filho do proprietário da casa da Rua Aquidabã, 1053, em Lins de Vasconcelos (Guanabara), intrigado pelo pouco movimento na casa. Pode também ter resultado de um paciente e longo trabalho da polícia política carioca, empenhada em levantar todos os

imoveis alugados com depósito de três meses (opção apresentada pelas companhias imobiliárias para quem não tem fiador). De uma forma ou de outra, o trabalho detetivesco não diferiu muito da minuciosa rotina já estabelecida para o desmantelamento do terror. Um informante da DOPS passou vinte dias na casa vizinha (pertencente ao mesmo proprietário) vigiando os passos dos três terroristas, dos quais Maria e Spinoza se diziam casados. Na sexta-feira, dia 21 de novembro, as suspeitas se confirmaram e à noite foi organizada uma batida policial chefiada pelo comissário Brito, pelo inspetor Vasconcelos e mais onze policiais dirigidos pelo detetive Antero. A casa foi cercada e Maria Auxiliadora, ao atender ao toque de campanha, foi logo presa. Chael e Spinoza resistiram a tiros no andar superior e só se entregaram quando a munição acabou e as nuvens de gás lacrimogêneo os obrigaram a sair. Primeiro Spinoza, de braços levantados, e depois Chael, com um lenço no nariz para se proteger contra os gases. Da Rua Aquidauana foram levados à DOPS carioca, bem no centro da cidade, onde a polícia constatou que os presos eram muito importantes. Spinoza, que disse chamar-se Mauro, e Chael, que deu o nome falso de Joaquim, eram terroristas de confiança do grupo de Lamarca e suas fotografias estavam nos cartazes distribuídos em todo o país. Na mesma madrugada, às 1h30, os três e mais o material encontrado no "aparelho" foram levados ao quartel da Polícia do Exército na Vila Militar, em Marechal Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Capitão João Luís. Ainda nessa mesma madrugada de sábado, poucas horas depois, o corpo de Chael dava entrada no Hospital Central do Exército, em Benfica. O General-de-Brigada Galeno de Penha Franco, médico diretor do Hospital Central do Exército garante que Chael deu entrada no hospital já morto e que o envio do corpo foi apenas uma formalidade, uma vez que provinha de unidade militar. Cumprida a formalidade, o corpo foi enviado ao Instituto Médico-Legal, na Avenida Mem de Sá, para ser autopsiado pelo médico Rubens Pedro Macuco Janini, o mesmo que, finalmente, assinou o atestado de óbito. No Instituto Médico-Legal o corpo de Chael foi ainda embalsamado, providência cara e pouco comum, talvez pela necessidade de preservá-lo caso fosse sepultado em São Paulo, e nada foi cobrado à família, três dias depois, na terça-feira à tarde, quando Emília Brickman Schreier e Ari Schreier, os pais, tomaram conhecimento, perplexos, de que o filho estava morto.

NOTÍCIA DE JORNAL - Quando a primeira notícia da prisão de Chael foi publicada pelos jornais cariocas, na edição de domingo, ele já estava morto. Mas os jornais o davam como vivo, contavam detalhadamente a prisão, a resistência a todo o último tiro e não falavam em qualquer ferimento leve ou grave. Ao contrário: segundo o "Jornal do Brasil", os terroristas procuravam enganar a polícia fornecendo pistas falsas, Maria resistia aos interrogatórios e, finalmente, alguns nomes de comparsas teriam sido encontrados no caderno camuflado num motel. Nesse dia, domingo, os pais de Chael recebem telefonema de um parente no Rio, contando o que diz o "Jornal do Brasil". Emília e Ari vão para o Rio de avião na mesma tarde e instalam-se provisoriamente na casa dos parentes. Começam então suas longas manobras para ver o filho, que não sabem já estar morto. As evasivas, a incerteza e a angústia em nada diferem de tantos casos semelhantes. Os truques, até ingênuos, usados pelos pais de Chael, também já fazem parte da crônica desses dias de combate ao terrorismo, onde a incomunicabilidade dos presos torna impossível uma visita ao prisioneiro nos primeiros dias e às vezes nas primeiras semanas da detenção. Emília e Ari procuraram a ajuda de um major conhecido da família para saber como estava o filho. Através do major, sempre pelo telefone, conseguiram chegar a um coronel. Na segunda-feira, recebem a primeira ligação. "Certamente seu filho deve estar bem e farei o possível para que possa voltar", diz o major. Emília e Ari planejam ficar no Rio até que termine o processo, para aproveitar melhor os horários de visitas ao filho único. Chegaram a procurar um quarto para alugar e entraram em contato com advogados. Os jornais continuam dando detalhes da prisão e "O Globo" informa que os três estão presos na Polícia do Exército, Vila Militar. Na terça-feira mais notícias nos jornais: os três continuam recolhidos, e com base em suas informações outro "aparelho", no bairro do Leblon, é desmantelado. Os contatos entre os pais de Chael e seu amigo militar continuaram até esse dia, e à tarde, às 15h30, são informados de que Chael está morto e o corpo pode ser reconhecido e retirado no Instituto Médico-Legal, sendo o reconhecimento praticamente desnecessário dada a coincidência das fichas datiloscópicas com as enviadas pela polícia paulista. O papel desempenhado pela imprensa carioca no caso Chael é outro mistério de difícil compreensão. De quem recebiam os repórteres as informações sobre o comportamento de um vivo que já estava morto? Por que só na quinta-feira, um dia depois da transferência do cadáver, providenciada pela família em avião comercial, foram publicadas notas sobre a sua morte ocorrida no sábado anterior? E por que nessa quinta-feira, pela primeira vez, o "Jornal do Brasil" fala que Chael teria chegado à polícia, na noite da prisão, com a camisa manchada de sangue? Há apenas uma hipótese sobre a origem de notícias sobre presos incomunicáveis: vêm da própria polícia.

A PURIFICAÇÃO - O corpo chegou no Aeroporto de Congonhas em São Paulo às 14h15, pouco depois dos pais de Chael, e foi levado diretamente para o cemitério israelita, no outro extremo da cidade. Na Faculdade de Medicina da Santa Casa, os antigos colegas e professores foram avisados por telefone e cerca de dez acompanharam o sepultamento, sendo mais tarde chamados à polícia para esclarecer suas relações com o morto (na última sexta-feira os convites para prestar esclarecimentos continuavam, atingindo já vinte pessoas, inclusive sete professores, e não se restringiram aos que foram ao enterro, sendo as últimas inquirições feitas pela Operação Bandeirantes, no quartel do Exército da Rua Tutúia).

O caixão foi aberto com dificuldade, talvez porque as pessoas que o fecharam não conheciam o ritual judaico da purificação no cemitério. Com marcas de autopsia, costuras no tórax e nas pernas, e sinais de sangue no nariz, o corpo tinha ainda manchas roxas no rosto e na barriga. Um dos primos de Chael, ao sair da sala de purificação, falou: "Ele apanhou como um cavalo". Nesta frase parece estar resumida dramaticamente a história das horas passadas por Chael enquanto preso. Por enquanto, a frase também encerra a história até que uma possível investigação do Ministério da Justiça a reabra.

O QUE NÃO APANHOU - A segunda história da tortura não é de violência física. Na semana passada, um repórter de VEJA tomou um táxi-aéreo, e numa pequena cidade do interior do Paraná entrevistou o dentista José Luís Andrade Maciel, de São Paulo, preso a 12 de outubro do ano passado sob a suspeita de participação no assassinato do capitão americano Chandler, acontecido no mesmo dia pela manhã. O relato do dentista e de sua mulher, ambos inocentes, é o retrato da tortura psicológica e de seus efeitos permanentes.

No dia 11 de outubro José Luís completava 33 anos e ao entardecer fechou seu consultório no centro de São Paulo. Em seguida, com sua mulher Maria Adelaide e o filho de dois anos, saiu para passear em casa de amigos no interior paulista. Dormiu num hotel em São Carlos e na manhã seguinte seguiu para Jales, a 170 quilômetros da capital, em seu Volkswagen 63, cor preta, placa 21-67-29. Estava havia poucas horas em Jales quando foi detido por agentes do DEOPS e então ouviu, pela primeira vez, o nome Chandler. Uma testemunha indicou o carro usado no crime: Volkswagen 63, placa 21-67-29.

O dentista aceitou ser levado para São Paulo, supondo que estaria livre do aborrecimento no dia seguinte. Estava enganado. Para ele apenas começava uma longa história de violências policiais que o levariam a abandonar São Paulo definitivamente e retirar-se para a pequena cidade do interior paranaense. José Luís ficou oito dias preso no DEOPS em cela incomunicável e durante todos esses dias foi interrogado pelos policiais. Não o deixavam dormir. Quando voltava da sala de interrogatórios para a cela não chegava a pegar no sono porque as perguntas recomeçavam: "Onde você conseguiu a metralhadora? Por que se preocupou em guardar comprovantes de despesas?" As provas de inocência, os comprovantes, eram transformados em provas da extrema perfídia do suspeito. No quarto dia de prisão, Maciel foi levado algemado para São Carlos, onde ficou provado que ele passara ali a noite de 11 para 12 de outubro. Apesar disso, continuou sendo interrogado pelo DEOPS paulista durante mais quatro dias. Quando foi solto estava magro, tonto e doente. "Saí de lá com anemia profunda, não me deixavam dormir e a comida era péssima. Foi pior que apanhar", diz Maciel, que era chamado de "dentista-metralhadora" e considerado o preso mais "quente" do DEOPS. Maciel, que ganhava 3.000 cruzeiros novos por mês com seu consultório, enfrentou então mais um problema comum aos que passam por uma prisão arbitrária: perdeu toda a clientela devido ao noticiário dos jornais e começou a apresentar problemas psicológicos, que se acentuaram depois. Sua mulher, Maria Adelaide, hospedou-se na casa de uma amiga porque um parente receoso recusou-se a recebê-la. Estava no sexto mês de gravidez e sem poder falar com o marido. Seis policiais do DEOPS a interrogaram por oito horas. "Ofenderam-me e quase perdi a criança que se nasceu em fevereiro no Hospital do Exército em Curitiba." Adelaide, agora com 22 anos, filha de um tenente do Exército que mora em Curitiba, sofreu uma cesariana e não pode mais ter partos normais. Quando foi libertado e se fixou em Santos, o dentista recebeu ordens de manter a polícia informada sobre seus movimentos. Até dezembro avisava o DEOPS toda vez que ia a São Paulo. Finalmente fechou o consultório e foi a Curitiba com a esposa para visitar o sogro, acabando por optar pelo isolamento num município de menos de 15.000 habitantes ("quanto mais longe melhor"). Mas nem chegou a trabalhar. Crises nervosas (alucinações, ideias de perseguição policial) levaram-no a quarenta dias de internamento numa clínica psiquiátrica. Só em abril começou a clinicar. Maciel, porém, vai se submeter a novo tratamento (com choques elétricos e medicamentos), porque os sintomas nervosos estão voltando.

"Eles estragaram nossa vida", diz Maria Adelaide, que apesar do desejo do marido de esquecer tudo, mantém-se decidida a exigir indenização ao governo. Uma audiência conseguida por seu pai, em abril, com o Ministro Gama e Silva não deu qualquer resultado: a carta que o marido enviou, como ficara acertado, não foi respondida. Adelaide afirma que agora vai recorrer ao novo ministro da Justiça.

A RESMA DE CASOS - As histórias de Chael e de Maciel e sua esposa Adelaide são apenas duas entre dezenas de outras que VEJA pesquisou desde que o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid e o Presidente Garrastazu Medici expressaram a intenção de impedir qualquer forma de tortura ou arbitrariedade. De todas as sucursais chegaram relatos coletados especialmente em redações de jornais, relatos que se enquadram em níveis variados de atrocidade, desde casos extremos como o de Chael, até a simples pressão psicológica como a sofrida por Maciel e que o levou a um trauma psicológico permanente. Muitos desses casos podem estar errados em detalhes, e mesmo em detalhes importantes, mas são, evidentemente, casos de tortura. São agrupados num dossiê e enviados ao ministro da Justiça. A incomunicabilidade dos presos e a tendência natural ao exagero, quando as notícias são impedidas de divulgação aberta, certamente são responsáveis por alguma distorção como a desta terceira história selecionada numa série grande de relatos. O estudante Paulo de Tarso Wenceslau, preso em São Sebastião e levado para São Paulo, foi dado diversas vezes como morto pelos jornais. Dizia-se também que estava sem dentes, sem unhas, que teria sido castrado. Um jornalista (solto depois, com atestado provando sua inocência) esteve com Paulo de Tarso na mesma cela, na sede da Operação Bandeirantes, e contou como o viu: "As mãos serniparalisadas devido aos longos períodos no pau-de-arara, os pés machucados e a língua cortada na parte superior, do lado esquerdo; estava em carne viva e ele não podia mastigar. Ficou sem comer pelo menos três dias. Os carcereiros encarregados da comida separavam o caldo do feijão e Paulo fazia força para engolir. Isto uma vez por dia, às 19 horas, quando servida a única refeição. Paulo só parou de apanhar quando confessou onde estava seu 'aparelho'".

Clique e saiba tudo sobre sua assinatura!



O clube que conhece e reconhece você.

Selecione uma revista



Assine Veja e ganhe meses a mais!



Assine VEJA Digital e ganhe até 12 meses grátis!



Assine SUPER versão digital!



Assine CARAS por 2 anos e ganhe a coleção Petites Casseroles!



Assine EXAME e ganhe meses a mais!



Revista VEJA Comer & Beber Curitiba 2010/2011 - R\$ 10,00



Revista VEJA Comer & Beber BH 2010/2011 - R\$ 10,00

[VEJA](#) | [Veja São Paulo](#) | [Veja Rio](#) | [Expediente](#) | [Fale conosco](#) | [Anuncie](#) | [Newsletter](#) |  [RSS](#)